CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Lei Municipal de Criação Nº. 1.377 de 16 de agosto de 2005

Ata de reunião

Data: 23/10/2026
Horário: 14:30h
Reunião presencial
Local: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Lista de presença anexa

Aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às 14h, reuniu-se, em sessão ordinária, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Palmas (COMSEA), sob a presidência de Eloise Schott, representante da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Participaram da reunião conselheiros, representantes da gestão municipal, da sociedade civil e convidados, conforme registros na lista de presença. A reunião teve como finalidade acompanhar as ações municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), apreciar os informes, discutir o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Palmas-TO e dar continuidade aos trabalhos relacionados ao reconhecimento e à habilitação de entidades atuantes na área. A presidente iniciou os trabalhos dando boas-vindas aos presentes, agradecendo a participação dos conselheiros, convidados e parceiros institucionais, especialmente à equipe do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), responsável pela apresentação do relatório das Hortas Urbanas e Periurbanas do município. Na sequência, passou-se à apreciação dos informes e das pautas previstas.

1. INFORMES

1.1. Relato de acompanhamento da entrega das cestas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

A presidente apresentou o informe referente ao acompanhamento da entrega das cestas de alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), realizado pelo Grupo de Trabalho Temporário III – Comissão de Alimentação, Nutrição e Saúde. Foi relatado o acompanhamento das entregas e das atividades desenvolvidas junto às famílias beneficiárias,

destacando-se a importância da organização logística, da articulação com os equipamentos da assistência social e da destinação adequada dos alimentos adquiridos da agricultura familiar.

Durante o relato, foi informado que, em determinada etapa da distribuição, algumas cestas permaneceram disponíveis porque famílias inicialmente priorizadas não compareceram para retirá-las no momento previsto. Diante dessa situação, a equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) realizou o redirecionamento das cestas para outras famílias, evitando que os alimentos ficassem sem destinação. Foi esclarecido que, com essa reorganização, os alimentos foram distribuídos às famílias atendidas.

O conselheiro Felipe destacou que também foi realizada, no CRAS Krahô (1304 Sul), uma atividade de educação alimentar e nutricional com as famílias, conduzida por estagiária de Nutrição no âmbito da parceria entre a SEDES e a UFT. Ressaltou que a execução do PAA não se limita à entrega de alimentos, contribuindo também para a promoção da alimentação adequada e saudável, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. A presidente ressaltou a relevância do acompanhamento das entregas, tanto para verificar a efetividade do atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade quanto para fortalecer a transparência e o controle social sobre a execução do programa.

1.2. Envio do Relatório de Monitoramento do Plano Plurianual (PPA), referente aos meses de maio a agosto de 2026

A presidente informou aos conselheiros que foi encaminhado ao setor responsável o Relatório de Monitoramento do Plano Plurianual (PPA), referente ao período de maio a agosto de 2026. Esclareceu que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDES) solicita, quadrimestralmente, informações sobre as atividades realizadas pelo Conselho, incluindo reuniões, ações de acompanhamento, participação em iniciativas institucionais e demais atividades desenvolvidas no âmbito de suas atribuições.

Foi informado que o relatório referente ao período de janeiro a abril já havia sido elaborado anteriormente e que, nesta etapa, foi concluído e encaminhado o documento correspondente aos meses de maio a agosto de 2026. O relatório reúne informações sobre a atuação do COMSEA no período, permitindo o registro das atividades executadas e contribuindo para o acompanhamento institucional das ações relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional. A presidente esclareceu que o informe tinha caráter de ciência aos conselheiros, registrando formalmente o cumprimento do encaminhamento.

1.3. Envio do Ofício nº 032/2026 - Encaminhamento referente à visita aos agricultores familiares beneficiários do PAA

Na sequência, a presidente apresentou informações sobre o Ofício nº 032/2026, relacionado ao acompanhamento das visitas realizadas aos agricultores familiares beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos. Foi recordado que, em reunião anterior, o Grupo de Trabalho Temporário responsável pelas visitas havia apresentado relatório com os registros das propriedades visitadas. Durante a análise, surgiram divergências e dúvidas relacionadas à situação identificada em uma das propriedades, tornando necessária uma avaliação complementar.

Diante disso, o Conselho deliberou pelo encaminhamento de expediente à Comissão Gestora Municipal do PAA, solicitando uma avaliação mais detalhada da propriedade em questão, a fim de verificar sua situação e subsidiar os encaminhamentos pertinentes.

O conselheiro Felipe destacou que houve dificuldades logísticas, especialmente relacionadas à disponibilidade de veículo, o que impediu a realização imediata de nova visita. Esclareceu, entretanto, que já havia diálogo com a equipe responsável para organizar a diligência, estabelecer contato com a produtora e realizar nova avaliação da situação identificada.

1.4. Participação na Pré-Oficina de Elaboração do FLIA

Como último informe, a presidente comunicou a participação de representantes do COMSEA (Eloise, Tainara, Adriane e Dayse), em conjunto com a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), na Pré-Oficina de elaboração do FLIA, realizada na semana anterior.

Foi informado que a atividade esteve relacionada à construção de um fluxo integrado de acompanhamento dos usuários e beneficiários das políticas públicas, com destaque para a articulação entre os serviços e as ações de Segurança Alimentar e Nutricional e da assistência social.

O informe foi registrado para ciência dos conselheiros, ressaltando-se a importância da participação do Conselho nos espaços de articulação intersetorial, especialmente na construção de mecanismos que contribuam para a identificação das situações de insegurança alimentar, o encaminhamento adequado das famílias e o aprimoramento das políticas públicas municipais.

2. PAUTAS

2.1. Aprovação da ata da reunião ordinária do mês de setembro de 2026

A presidente informou que a ata da reunião ordinária realizada no mês de setembro havia sido encaminhada previamente aos conselheiros para leitura e apreciação. Esclareceu que, até aquele momento, não haviam sido recebidas objeções ou solicitações de alteração por e-mail.

Em seguida, abriu espaço para que os presentes apresentassem eventuais considerações, correções ou sugestões. Não havendo manifestações contrárias ou pedidos de alteração, a presidente submeteu a ata à apreciação do plenário, que concordou com sua aprovação. Dessa forma, a ata da reunião ordinária do mês de setembro de 2026 foi considerada aprovada pelos presentes.

Durante a discussão, a secretária executiva reforçou a importância de que todos os conselheiros realizem a leitura prévia das atas encaminhadas, tanto para garantir a fidelidade dos registros quanto para possibilitar a identificação de eventuais ajustes antes da aprovação definitiva.

Informou, ainda, que as atas do Conselho estão sendo disponibilizadas no site institucional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em pasta específica destinada ao Conselho. Ressaltou que a disponibilização pública dos documentos fortalece a transparência, a publicidade dos atos e o acesso às informações sobre as atividades desenvolvidas pelo COMSEA.

2.2. Apresentação do relatório das Hortas Urbanas e Periurbanas de Palmas-TO pela equipe do Instituto Federal do Tocantins – IFTO

A presidente passou a palavra à equipe do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), responsável pela apresentação do relatório técnico das Hortas Urbanas e Periurbanas do município, pauta solicitada para possibilitar o acompanhamento, pelo Conselho, das condições atuais das unidades produtivas e das necessidades identificadas para sua implantação ou reestruturação.

Inicialmente, o professor Eustáquio Leal, docente do IFTO e integrante da equipe técnica responsável pelo trabalho, apresentou-se e agradeceu a parceria estabelecida com o Conselho e com a Prefeitura de Palmas. Também apresentou os integrantes da equipe que contribuíram para a elaboração dos relatórios, incluindo Gabriela, bolsista vinculada ao programa de Agricultura Urbana e Periurbana, e Elismar Oliveira, responsável por colaborar com os estudos e cálculos técnicos relacionados às necessidades das unidades produtivas.

O professor destacou que Palmas foi a primeira cidade, entre as localidades contempladas nessa etapa do programa federal, a concluir e encaminhar os relatórios técnicos necessários ao prosseguimento dos procedimentos para aquisição dos insumos. Informou que o trabalho desenvolvido no município também poderia servir de referência para outras cidades participantes, tendo em vista o avanço na realização dos diagnósticos e na organização das informações técnicas.

2.2.1. Organização geral do diagnóstico

A equipe informou que o trabalho contemplou oito hortas comunitárias, sendo quatro destinadas à reestruturação de unidades produtivas já existentes e quatro destinadas à implantação de novas hortas.

As unidades selecionadas para reestruturação foram identificadas na apresentação como Aureny III, Bela Vista, Buritirana e Taquari. Para a implantação de novas unidades, foram apresentadas as áreas da Capadócia, Flamboyant, Lago Norte e Irmã Dulce. A identificação e a delimitação definitiva das áreas observaram as validações territoriais e administrativas necessárias para a implantação e reestruturação.

Em seguida, foi apresentada uma estimativa inicial de atendimento de aproximadamente duzentas famílias, como benefício esperado a partir da implantação e da reestruturação das oito unidades. A equipe esclareceu que a estimativa dependerá da organização dos espaços, da definição dos beneficiários e da capacidade efetiva de produção de cada horta.

Os representantes do IFTO explicaram que os diagnósticos foram realizados mediante visitas de campo, diálogo com as lideranças comunitárias e levantamento das necessidades indicadas pelos próprios agricultores. A metodologia buscou evitar a padronização dos investimentos, considerando que as unidades possuem características distintas quanto à infraestrutura, disponibilidade de água, área útil, organização social, cercamento, energia elétrica e condições de produção.

Foi destacado que os recursos disponíveis são limitados, exigindo priorização de investimentos tecnicamente justificados, com atenção à economicidade, à rastreabilidade dos gastos e à adequação das soluções à realidade de cada unidade.

A equipe explicou que a primeira etapa consistiu no diagnóstico das áreas, na avaliação das condições existentes e na identificação das intervenções prioritárias. Após a disponibilização dos recursos e a implantação das estruturas previstas, deverão ser realizadas novas avaliações,

incluindo análises de solo, verificação da capacidade produtiva e acompanhamento da organização das famílias beneficiárias.

2.2.2. Necessidades identificadas nas hortas destinadas à reestruturação

a) Horta do Aureny III

A equipe informou que a unidade possui aproximadamente 109 canteiros e atende cerca de 13 famílias. Foi destacada a existência de poço e de estrutura produtiva já consolidada, com diversidade de hortaliças e comercialização direta de parte da produção no próprio local.

Apesar das condições favoráveis, identificou-se que a irrigação é predominantemente manual, o que exige maior esforço dos agricultores e reduz o tempo disponível para outras atividades de manejo. Por esse motivo, foi proposta a implantação de sistema de irrigação mais eficiente, com possibilidade de automação, após a confirmação da vazão, da pressão e da qualidade da água disponível.

Também foram apontadas a necessidade de dimensionamento da área efetivamente irrigada, a elaboração de projeto hidráulico por setores, a previsão de filtragem e reservação de água e a realização de análise do solo.

A equipe ressaltou a importância de pactuar, entre as famílias e suas lideranças, as responsabilidades pela manutenção dos equipamentos e pela organização dos canteiros. Foi mencionada a necessidade de fortalecer o manejo de plantas espontâneas e o controle de pragas, priorizando práticas adequadas de produção.

O investimento apresentado para a unidade foi de aproximadamente R$ 32.468,20, com previsão de recursos destinados à irrigação, à reservação de água e à aquisição de insumos, conforme o planejamento técnico exposto.

b) Horta do Bela Vista

A representante da horta do Bela Vista, Marlene, participou da discussão e confirmou dificuldades relacionadas à segurança do espaço. Relatou a ocorrência de invasões e furtos de ferramentas, além de danos aos materiais e à produção, situação que tem provocado desmotivação entre os agricultores e preocupação quanto à continuidade das atividades.

A equipe técnica informou que a unidade possui aproximadamente 109 canteiros e atende cerca de 15 famílias. A horta conta com abastecimento de água, porém não dispõe de energia

elétrica adequada para atender às necessidades apontadas no diagnóstico. A irrigação também é predominantemente manual.

O professor José Eustáquio destacou a necessidade de aprimoramento do sistema de irrigação, a verificação das condições de fornecimento de água, a melhoria da iluminação e a avaliação de medidas que contribuam para aumentar a segurança do local.

Os participantes ressaltaram que a falta de iluminação e de mecanismos de proteção favorece a ocorrência de furtos, prejudicando o patrimônio coletivo e a produção dos agricultores. A discussão evidenciou a necessidade de articulação com a Prefeitura para avaliar alternativas viáveis de apoio à infraestrutura e à segurança das unidades.

A equipe esclareceu que as intervenções serão dimensionadas de acordo com as necessidades específicas da horta, buscando conciliar a melhoria da irrigação, a aquisição de insumos e as condições de funcionamento da unidade.

O investimento apresentado para a unidade foi de aproximadamente R$ 32.468,20, com previsão de recursos destinados à irrigação, à reservação de água e à aquisição de insumos, conforme o planejamento técnico exposto.

c) Horta de Buritirana

Na apresentação da unidade de Buritirana, foram mencionados aproximadamente 79 canteiros, distribuídos em uma área estimada de 1.600 m², com participação de cerca de 15 famílias, conforme o levantamento técnico.

A equipe identificou a necessidade de melhorar a segurança hídrica, considerando a intermitência no abastecimento e a importância de assegurar água suficiente para a manutenção da produção. Foi apresentada a existência de uma estrutura de reservação danificada, cujo reparo foi considerado economicamente desvantajoso em comparação à aquisição de um equipamento novo.

Diante disso, a proposta técnica priorizou a instalação de reservatório adequado, associada à reorganização do sistema de irrigação. Por se tratar de uma área relativamente compacta, a equipe avaliou que a distribuição centralizada da água poderá contribuir para reduzir custos.

Também foi indicada a ampliação da previsão de insumos, tendo em vista as necessidades identificadas pelos agricultores. A equipe ressaltou que as decisões deverão priorizar as soluções com maior potencial de melhorar a capacidade produtiva e a continuidade das atividades.

O investimento apresentado para a unidade foi de aproximadamente R$ 32.468,20, com previsão de recursos destinados à irrigação, à reservação de água e à aquisição de insumos, conforme o planejamento técnico exposto.

d) Horta do Taquari

A equipe apresentou o diagnóstico da horta do Taquari, identificada como uma das maiores áreas analisadas, com aproximadamente 8.000 m² e participação de cerca de dez famílias. Foram identificados dois poços, considerados uma vantagem em relação à disponibilidade hídrica, embora ainda seja necessária a inspeção das estruturas e a verificação da vazão e da qualidade da água.

Um dos principais problemas apontados foi a presença de plantas espontâneas de difícil controle, especialmente a tiririca, que compromete a produtividade e aumenta o custo de manejo. Durante a discussão, foram mencionadas alternativas de controle, como o uso de cobertura do solo e de plantas de cobertura, observando-se que cada medida deverá ser avaliada quanto à viabilidade técnica e econômica.

Elismar Oliveira, integrante da equipe técnica, explicou a importância do dimensionamento adequado dos sistemas de irrigação e da utilização de reservatórios para compatibilizar a capacidade de captação de água com a demanda diária das culturas. Ressaltou que sistemas de irrigação por microaspersão, associados a temporizadores e ao dimensionamento correto das bombas, podem favorecer a distribuição mais eficiente da água e reduzir a necessidade de irrigação manual.

A equipe enfatizou que a implantação de soluções de irrigação deverá considerar as condições reais dos poços, o volume necessário para a produção e os custos de funcionamento e manutenção.

O investimento apresentado para a unidade foi de aproximadamente R$ 32.468,20, com previsão de recursos destinados à irrigação, à reservação de água e à aquisição de insumos, conforme o planejamento técnico exposto.

2.2.3. Implantação das novas hortas comunitárias

Na sequência, foram apresentadas as áreas previstas para implantação de novas hortas, ressaltando-se que o planejamento deverá ocorrer antes da execução das obras e da aquisição dos equipamentos.

A equipe explicou que, para as novas unidades, será necessário validar o território, delimitar a área útil, confirmar a disponibilidade de água, avaliar as condições do solo, definir o cercamento, verificar a disponibilidade de energia elétrica e organizar o layout dos canteiros. Também deverá ser definida a organização social responsável pela utilização e manutenção dos espaços.

a) Área da Capadócia

A equipe apresentou a área inicialmente indicada para implantação da horta e esclareceu que ainda será necessário validar sua delimitação definitiva em articulação com a Prefeitura e os representantes locais.

Durante a discussão, foi apontada a existência de equipamentos públicos próximos, incluindo um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) e um campo de futebol, além de informações sobre possível planejamento de unidade de saúde para a região.

O representante comunitário Antoniel, presidente da Associação de Moradores do Taquari, informou que seria importante verificar junto aos setores competentes se existe destinação previamente definida para parte da área. A equipe reconheceu a necessidade de compatibilizar a implantação da horta com os demais equipamentos públicos planejados.

Foi destacado que o aproveitamento de estruturas já existentes, como muros e cercas, poderá reduzir os custos de implantação e permitir a destinação de maior parcela dos recursos à irrigação e aos insumos.

O investimento apresentado para a unidade foi de aproximadamente R$ 39.287,95, com previsão de recursos destinados ao cercamento, à reservação de água e à aquisição de insumos, conforme o planejamento técnico exposto.

b) Área do Flamboyant

A equipe apresentou o local proposto para a implantação da horta do Flamboyant e informou que ainda será necessário confirmar a delimitação exata da área, considerando suas características físicas e os elementos existentes no entorno.

A proposta prevê a priorização do cercamento, a avaliação das condições hídricas, a instalação de estrutura para reservação de água e a aquisição de insumos. A equipe ressaltou que os investimentos deverão ser ajustados à configuração final do terreno e às necessidades identificadas no diagnóstico.

O investimento apresentado para a unidade foi de aproximadamente R$ 39.287,95, com previsão de recursos destinados ao cercamento, à reservação de água e à aquisição de insumos, conforme o planejamento técnico exposto.

c) Área do Lago Norte

O representante da área técnica da Prefeitura, Edihones, explicou que a escolha das novas áreas considerou a existência de setores recentemente regularizados e com carência de equipamentos públicos, incluindo hortas comunitárias.

Informou que a área inicialmente indicada para o Lago Norte está vinculada a um processo de regularização fundiária e que existe histórico de destinação do terreno para implantação de equipamento público. Embora a área esteja registrada em nome do Município, será necessário verificar a compatibilidade da proposta com o planejamento local.

Foi esclarecido que, caso a área inicialmente indicada apresente algum impedimento, existe a possibilidade de avaliar outra área pública municipal de maior dimensão, que poderá funcionar como alternativa.

A equipe técnica destacou a necessidade de delimitar a área efetivamente destinada à horta e dimensionar os sistemas de irrigação, reservação e distribuição de água, evitando investimentos em áreas cuja disponibilidade não esteja plenamente confirmada.

O investimento apresentado para a unidade foi de aproximadamente R$ 39.287,95, com previsão de recursos destinados ao cercamento, à reservação de água e à aquisição de insumos, conforme o planejamento técnico exposto.

d) Área do Irmã Dulce

A representante da associação comunitária do Irmã Dulce, Marcela Holanda, relatou que assumiu a presidência da associação em fevereiro de 2026 e que vem trabalhando para fortalecer a organização comunitária e ampliar as oportunidades de participação dos moradores.

Informou que a comunidade possui uma feira comunitária em funcionamento e manifestou preocupação com a possibilidade de a área inicialmente indicada para a horta ser também necessária para a expansão da feira ou para outros usos comunitários, como praça e espaço de convivência, conforme também manifestado pelos moradores.

A representante solicitou que fosse avaliada a possibilidade de alteração do local da horta, considerando a existência de outras áreas na região e a importância de compatibilizar os equipamentos comunitários com as necessidades da população.

A discussão demonstrou a importância de considerar as demandas apresentadas pelas lideranças locais antes da definição definitiva do terreno. Os representantes da gestão e da equipe técnica esclareceram que qualquer alteração dependerá da verificação da titularidade pública da área alternativa, da disponibilidade territorial e da compatibilidade com o planejamento municipal.

Ressaltou-se, ainda, a necessidade de dar continuidade ao diálogo com a associação comunitária e com os setores responsáveis pela regularização fundiária, a fim de verificar a viabilidade de eventual mudança do local.

A proposta de avaliar a alteração do local inicialmente destinado à horta foi aprovada sem objeções pelos conselheiros presentes. Ficou estabelecido que a eventual mudança dependerá da continuidade das articulações e da verificação da viabilidade do novo local.

O investimento apresentado para a unidade foi de aproximadamente R$ 39.287,95, com previsão de recursos destinados ao cercamento da área, à reservação de água e à aquisição de insumos, conforme o planejamento técnico apresentado. Entretanto, destacou-se que esse valor poderá sofrer alterações em decorrência de uma eventual mudança do local inicialmente destinado à implantação da horta, considerando a necessidade de reavaliar as adequações estruturais e os investimentos necessários no novo espaço.

2.2.4. Segurança, infraestrutura, sustentabilidade e organização comunitária

Ao longo da apresentação, os participantes destacaram que a implantação e a reestruturação das hortas devem considerar não apenas a estrutura física, mas também a sustentabilidade das atividades, a participação das famílias e a proteção dos equipamentos e da produção.

Foram discutidas dificuldades relacionadas à ausência de iluminação, aos furtos de ferramentas e insumos, à insuficiência de estruturas de reservação de água e à necessidade de sistemas de irrigação mais eficientes. Os representantes comunitários ressaltaram que esses problemas afetam diretamente a continuidade da produção e podem desestimular a participação dos agricultores.

A equipe técnica informou que a priorização dos investimentos considerou as necessidades levantadas em campo, a disponibilidade de recursos e a busca por soluções que apresentem

melhor relação entre custo e benefício. Também explicou que a implantação de energia solar, embora considerada uma possibilidade em determinadas situações, não foi priorizada de forma generalizada nessa etapa, em razão da limitação orçamentária e da necessidade de atender primeiro às demandas mais urgentes.

Foi ressaltada a importância da articulação com a Prefeitura para avaliar alternativas de apoio à iluminação e ao fornecimento de energia, assim como a necessidade de pactuar responsabilidades para a manutenção dos sistemas instalados.

Ao final da exposição, o Conselho reconheceu a relevância do diagnóstico apresentado pelo IFTO e da parceria com a gestão municipal para a estruturação das hortas comunitárias, consideradas importantes instrumentos de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, fortalecimento da agricultura urbana e periurbana, geração de oportunidades de comercialização e ampliação do acesso a alimentos frescos.

Ficou registrada a necessidade de continuidade das articulações técnicas e administrativas para reestruturação e implantação das hortas, execução dos investimentos previstos, organização dos beneficiários e acompanhamento das unidades.

2.3. Discussão e encaminhamento para aprovação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Palmas-TO

A presidente introduziu a pauta referente ao Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Palmas-TO, ressaltando que o documento vinha sendo construído ao longo dos últimos anos, com participação da gestão municipal e da sociedade civil (COMSEA), e que sua apreciação constituía etapa fundamental para o fortalecimento da política municipal de SAN.

O Conselheiro Felipe, recordou que o Plano havia sido apresentado aos conselheiros em reunião extraordinária realizada em agosto de 2026 e que o documento foi disponibilizado previamente para leitura. Também foi informado que a consulta pública foi divulgada por meio do portal institucional da Prefeitura, de canais de comunicação e dos grupos relacionados ao Conselho, com o objetivo de ampliar a participação social.

O representante da gestão, Rodrigo, apresentou informações sobre o encerramento da consulta pública, ocorrido em 22 de outubro de 2026. Informou que foram recebidas seis contribuições da sociedade e que a equipe técnica analisou as manifestações, verificando que parte das sugestões já estava contemplada nas ações previstas no Plano. Outras contribuições,

que apresentavam detalhamentos ou propostas complementares, foram incorporadas ao documento.

Foi esclarecido que o Plano reúne ações de aproximadamente dezoito secretarias municipais e considera contribuições oriundas da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em 2023, além das etapas posteriores de elaboração e participação social.

A apresentação foi seguida de discussão sobre as alterações realizadas após a consulta pública e sobre a necessidade de assegurar que o documento final represente as prioridades municipais, estabeleça responsabilidades e possibilite o acompanhamento periódico das ações.

2.3.1. Monitoramento do Plano e integração intersetorial

Durante a análise, foi discutida a importância de que a execução do Plano seja acompanhada por mecanismos de monitoramento e avaliação, com definição de informações a serem produzidas pela gestão e de formas de comunicação com o COMSEA.

Os conselheiros ressaltaram a necessidade de que o Conselho tenha acesso aos relatórios periódicos de monitoramento, permitindo acompanhar o cumprimento das metas, identificar dificuldades de execução e contribuir para a melhoria das políticas públicas.

Também foi discutida a integração entre Segurança Alimentar e Nutricional, assistência social e demais políticas setoriais. Nesse contexto, a equipe técnica explicou que determinadas ações inicialmente descritas de forma isolada seriam articuladas ao Protocolo Brasil Sem Fome, com vistas à integração entre os sistemas e à qualificação dos encaminhamentos realizados pelos serviços públicos.

Rodrigo destacou que a institucionalização dos fluxos de atendimento deverá envolver a CAISAN e os setores responsáveis, inclusive por meio de instrumentos formais que orientem a identificação das situações de insegurança alimentar e o encaminhamento das famílias às políticas e aos serviços pertinentes.

Os conselheiros também discutiram a necessidade de aprimorar a organização das informações relacionadas à SAN, assegurando que o acompanhamento das ações seja compatível com as atribuições institucionais de cada setor, Rodrigo, ressaltou que esse aprimoramento já está sendo pensado pela CAISAN e pela equipe técnica da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional.

2.3.2. Contribuições relacionadas à produção de dados e às mudanças climáticas

Durante a apreciação das contribuições recebidas na consulta pública, foi apresentada a sugestão de criação de um Observatório Municipal de Segurança Alimentar, Preço dos Alimentos e Mudanças Climáticas.

A proposta motivou discussão entre os conselheiros sobre a importância de produzir e organizar dados que permitam acompanhar os impactos das mudanças climáticas sobre a produção agrícola, a disponibilidade de alimentos e as condições de abastecimento no município.

Foi ressaltado que fenômenos como incêndios e outros eventos ambientais podem afetar a produção de alimentos e, consequentemente, repercutir sobre a segurança alimentar da população. Os participantes consideraram relevante fortalecer a produção de informações e a articulação com instituições de ensino e pesquisa, observando-se que a implementação de eventual observatório dependerá de definição de responsabilidades, capacidade institucional e articulação entre os setores envolvidos.

A discussão levou os conselheiros a definir que o COMSEA poderá contribuir com o acompanhamento e a proposição de iniciativas, sem assumir atribuições executivas que competem aos órgãos responsáveis pela gestão e pela implementação das políticas públicas.

2.3.3. Agricultura familiar e unidades de processamento de alimentos

Outro ponto discutido foi a necessidade de qualificar a redação das ações relacionadas à implantação de estruturas de processamento e beneficiamento da produção da agricultura familiar.

Os conselheiros observaram que a previsão anteriormente apresentada como um único polo agroindustrial precisava ser detalhada, considerando que as estruturas previstas correspondem a unidades distintas, ainda que possam estar localizadas na mesma região.

Foi discutida a previsão de unidades destinadas ao processamento e beneficiamento de produtos da agricultura familiar, incluindo mandioca, produtos de origem animal, aves, peixes, bovinos, suínos, ovinos, caprinos, mel e polpas de frutas, conforme as etapas de implantação previstas no planejamento municipal.

Os técnicos Edihones, da Secretaria de Agricultura, e Rodrigo, da SEDES, informaram que a redação seria ajustada para identificar adequadamente as unidades e suas respectivas

previsões temporais, evitando a interpretação de que todas as atividades seriam realizadas em uma única estrutura ou em um único período.

Os conselheiros também debateram sobre a importância de apoiar os agricultores familiares na superação de dificuldades de formalização, acesso a recursos financeiros e regularização sanitária dos produtos, especialmente quando essas condições representam obstáculos à participação em mercados institucionais e processos de compras públicas.

Os conselheiros ressaltaram que a ampliação das oportunidades de comercialização deve estar associada à regularidade dos produtos, à organização dos produtores e à articulação entre os órgãos de assistência técnica, agricultura e desenvolvimento econômico.

2.3.4. Deliberação do Conselho

Após a apresentação das informações, a discussão das contribuições da consulta pública e os ajustes indicados durante a reunião, a presidente submeteu ao plenário o encaminhamento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Palmas-TO à CAISAN para apreciação e aprovação final.

Os conselheiros manifestaram concordância com o encaminhamento proposto. Dessa forma, o COMSEA aprovou o envio do Plano à CAISAN para apreciação e aprovação final, dando continuidade aos procedimentos institucionais necessários.

Posteriormente, o conselheiro Felipe e a presidente Eloise ressaltaram a relevância histórica dessa etapa para o Conselho e para a política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, considerando o trabalho de construção do documento, a participação social, a consulta pública e a articulação entre as secretarias envolvidas.

Ficou registrado que o documento deverá ser finalizado com os ajustes discutidos, incluindo a adequação da redação das unidades de processamento da agricultura familiar e os demais aprimoramentos apresentados durante a reunião. Após a conclusão dos procedimentos pertinentes, o Plano poderá seguir para os encaminhamentos institucionais necessários à sua publicação e implementação.

2.4. Apresentação e discussão do Edital de Chamamento Público nº 001/2026 para cadastro, validação e habilitação de entidades atuantes em Segurança Alimentar e Nutricional no município de Palmas-TO

A presidente apresentou a última pauta da reunião, referente ao Edital de Chamamento Público nº 001/2026, destinado ao cadastro, à validação e à habilitação de entidades atuantes em Segurança Alimentar e Nutricional no município de Palmas-TO, cuja elaboração estava sob responsabilidade do Grupo de Trabalho Temporário I – Comissão de Programas para Grupos Populacionais Específicos e Povos e Comunidades Tradicionais (Ação Social Arquidiocesana de Palmas - ASAP, Comunidade Cristã do Avivamento Pleno - CCAP, Associação dos Ciganos da Etnia Kalon de Palmas Tocantins - ACEKPATINS e Associação dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar do Entorno de Palmas - APRAFEP-TO).

Inicialmente, foi recordado que o edital vinha sendo discutido em reuniões anteriores e que havia sido constituído grupo de trabalho específico para elaborar a proposta, partindo de um modelo preliminar disponibilizado para análise e aperfeiçoamento, que havia sido produzido pela secretária executiva do Conselho.

A presidente destacou que o instrumento é importante para estabelecer critérios de reconhecimento das entidades que desenvolvem atividades relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional no município, contribuindo para organizar informações, identificar instituições atuantes e subsidiar o acompanhamento e a articulação das ações de SAN.

Foi informado, entretanto, que não havia representante do grupo de trabalho presente para apresentar formalmente a versão elaborada do documento e esclarecer as propostas de alteração e inclusão nele incorporadas. Os conselheiros Elisângela e Faustino, presentes na reunião, esclareceram que não haviam participado da elaboração do documento encaminhado à Secretaria Executiva por meio do WhatsApp. A presidente explicou que o material apresentado continha o texto-base e diversas sugestões de alteração, destacadas em vermelho, sem que as propostas estivessem consolidadas em uma versão final única.

Diante dessa situação, os conselheiros discutiram a necessidade de avaliar cuidadosamente os critérios previstos, considerando que a habilitação constitui um reconhecimento institucional e poderá repercutir na participação das entidades em iniciativas e programas relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional.

2.4.1. Critérios de habilitação e atuação municipal

Durante a análise, foram levantadas dúvidas sobre as propostas de alteração referentes ao tempo de atuação das entidades, à exigência de sede no município de Palmas e à possibilidade de habilitação de organizações sediadas em outros municípios, mas que afirmem desenvolver atividades em território palmense.

Os participantes ressaltaram que o edital precisa estabelecer critérios claros, objetivos e compatíveis com as atribuições do Conselho, permitindo verificar a atuação efetiva das entidades e a possibilidade de acompanhamento das atividades reconhecidas.

Foi discutida a proposta de não exigir que as entidades possuam sede em Palmas, desde que comprovem atuação efetiva no município. Parte dos conselheiros manifestou preocupação quanto à possibilidade de habilitação de entidades cuja atuação local não esteja suficientemente demonstrada, ressaltando a necessidade de estabelecer critérios claros que permitam ao COMSEA verificar e monitorar as atividades declaradas. Destacou-se, ainda, que a atuação do Conselho se restringe ao âmbito municipal, sendo fundamental assegurar que as entidades habilitadas desenvolvam atividades comprovadas no município de Palmas, de modo a viabilizar o acompanhamento e o controle de suas ações.

Em contrapartida, foi ressaltada a importância de analisar a questão de maneira criteriosa, distinguindo a localização formal da sede da efetiva atuação institucional no território, sem perder de vista os limites de competência do Conselho Municipal.

Os conselheiros observaram que os critérios de habilitação devem assegurar transparência, segurança institucional e capacidade de acompanhamento, evitando que o reconhecimento seja concedido sem elementos suficientes para comprovar a atuação da entidade na área de Segurança Alimentar e Nutricional.

Também foi discutida a importância de que o edital estabeleça claramente a finalidade do cadastro e da habilitação, delimitando seu alcance e evitando interpretações equivocadas sobre os efeitos do reconhecimento concedido pelo Conselho.

2.4.2. Necessidade de consolidação do documento

Os conselheiros manifestaram preocupação com o fato de a proposta ainda não estar consolidada, considerando que o grupo de trabalho havia sido criado especificamente para realizar essa tarefa.

Foi ressaltado que a apreciação de sugestões isoladas, sem uma versão final organizada e sem a presença dos responsáveis por sua elaboração, dificultaria a análise e poderia prolongar a tramitação do documento.

Os conselheiros destacaram que o Conselho precisa ter acesso ao texto completo, com as alterações devidamente incorporadas, para avaliar de maneira objetiva os critérios e deliberar sobre a aprovação ou rejeição dos dispositivos propostos.

Diante disso, a secretária executiva destacou a necessidade de disponibilizar o documento integral aos conselheiros por meio do Google Drive, possibilitando a leitura prévia, a análise das propostas e o encaminhamento de eventuais considerações antes da próxima reunião.

Ficou definido como encaminhamento que o material será socializado com todos os conselheiros, para que tenham conhecimento de seu conteúdo e possam apresentar suas considerações. O grupo de trabalho deverá ser novamente envolvido na consolidação da versão final, observando as questões levantadas durante a reunião e os critérios necessários à habilitação das entidades.

A versão final deverá ser submetida à apreciação do plenário em reunião posterior. Portanto, **o Edital de Chamamento Público nº 001/2026 não foi aprovado nesta reunião**, permanecendo pendente de consolidação e deliberação.

Os conselheiros reforçaram que a conclusão do edital é necessária para avançar no reconhecimento institucional das entidades atuantes em SAN e para dar continuidade aos trabalhos do Conselho nessa área.

3. ENCAMINHAMENTOS E PROVIDÊNCIAS

Após as discussões, ficaram registrados os seguintes encaminhamentos:

1. Hortas Urbanas e Periurbanas: dar continuidade às articulações entre o IFTO, a Prefeitura, as lideranças comunitárias e os setores responsáveis para validação das áreas, definição das intervenções prioritárias e acompanhamento da implantação e reestruturação das oito unidades.

2. Plano Municipal de SAN: consolidar os ajustes discutidos na reunião e encaminhar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional à CAISAN para apreciação e aprovação final, dando continuidade aos procedimentos institucionais pertinentes.

3. Edital de Chamamento Público nº 001/2026: disponibilizar o documento completo aos conselheiros por meio do Google Drive, permitindo a leitura prévia e a apresentação de considerações sobre os critérios de cadastro, validação e habilitação das entidades atuantes em SAN.

4. Consolidação do edital: solicitar a continuidade do trabalho do Grupo de Trabalho Temporário I – Comissão de Programas para Grupos Populacionais Específicos e Povos e Comunidades Tradicionais, com vistas à elaboração de uma versão final consolidada, a ser submetida à apreciação e deliberação do plenário em reunião posterior.

4. ENCERRAMENTO

Ao final, a presidente agradeceu a participação dos conselheiros, dos representantes da gestão municipal, da equipe do IFTO, das lideranças comunitárias e dos demais convidados. Reforçou a importância do envolvimento dos membros do Conselho na leitura prévia dos documentos, no acompanhamento das ações e na participação nas deliberações, especialmente diante da relevância das pautas tratadas.

Destacou-se que a reunião possibilitou avanços importantes no acompanhamento das políticas municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, particularmente na avaliação das Hortas Urbanas e Periurbanas e no encaminhamento do Plano Municipal de SAN à CAISAN para apreciação e aprovação final. Também ficou evidenciada a necessidade de dar continuidade aos trabalhos para conclusão do edital de habilitação das entidades, de modo a assegurar critérios claros e procedimentos adequados para o reconhecimento institucional das organizações atuantes no município.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Nada mais havendo a constar, eu, **Tainara Araújo, secretária executiva**, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada, será assinada pelos responsáveis. Palmas-TO, 23 de outubro de 2026.

COMSEA
CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PALMAS-TO

LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO ORDINÁRIA COMSEA-PALMAS

23/10/2026

	CONSELHEIROS			
	NOME	ENTIDADE/ÓRGÃO	ASSINATURA	E-MAIL
1	Tainara Pereira de Araújo	SEDES / COMSEA		tainara.araujo@palmas.to.gov.br
2	Elaine Schott	UFT		elaine@uft.edu.br
3	Faustino Soares da Paixão	ASAP		reisgaus2013@gmail.com
4	Maria Silveira da Costa Reis	CCAP		michellemenorah@outlook.com
5	Wagner de Jesus Azevedo Almeida	SEDES		dejesusdejesus@gmail.com
6	Elisângela Gomes S.	APRAFEP-TO		elisangela2019pdpa@gmail.com
7	ANTONIO MARCOS NUNES	ASCA / MST		antonio.mn5007@gmail.com
8	Daisy Jacqueline Silva	SEMED		d.jack204@hotmail.com
9	Felipe B Carlos	SEDES		Felipe.carlos@palmas.to.gov.br
10	EURIJAN M. GOMES	SEARME		[illegible]@gmail.com
11	Arianna Barreto de Moraes	SEMUS		arianna.moraes@palmas.to.gov.br
12	Marcos P. Dias Ramos	CCAP		marcospereira.gomes69@gmail.com
13	Kellen C. Silva	UFT		kellensilva@uft.edu.br

COMSEA
CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PALMAS-TO

LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO ORDINÁRIA COMSEA-PALMAS

23/10/2026

14	Eliane Campelo	SEDES		eliane.jor@gmail.com
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
	CONVIDADOS			
26	Marcella Holanda Saraiva	Presidente irmã Denise.		
27	Joana Celia Sirio de Jesus Milagre			
28	Gabriela Batista Pereira - IFTO		Gabriela B. Pereira	gabriela.pereira30@ifto.edu.br
29	Antoniel de Oliveira	Ass. Mor. Taquari (ASTAI)	Antoniel0991@gmail.com	

COMSEA
CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PALMAS-TO

LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO ORDINÁRIA COMSEA-PALMAS

23/10/2026

30	JOSÉ EUSTÁQUIO	IFTO		EUSTAQUIO@IFTO.EDU.BR
31	Gleyson Vieira	Aspirante		
32	Maria Ilma da S. Alves	Bela Vista		
33	Valdilys Rosa Nunes	Bela Vista		Valdilysoares@gmail.com
34	Marlene Q. S. Portela	Bela vista		Marlene.S.Port
35	EDIHONES LIMA REIS	Sec. M. de Agricultura e Pesca M.		edihones.reis@palmas.to.gov.br
36	Rafaela M. S Azevedo	SEMUS		rafaelavalesca@gmail.com
37	Ana Beatriz C. Braga	SEDES/UFT		braga.ana@mail.UFT.EDU.br
38	Yasmin Moreira Leite Neris	Sedes		Yasmin.Neris@palmas.TO.gov.br
39	Rhooma Fragoso	SEDES		Joana-fragoso@hotmail.com
40				
41				
42				
43				
44				
45				